



# SINOPSE DOU SEÇÃO 1



## Atos do Poder Executivo

**Decretos** **Nº 9.947, de 31 de julho de 2019**, que “Altera o Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006, que regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os art. 17 ao art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005”.

**Nº 9.950, de 31 de julho de 2019**, que “Institui o Comitê de Patrocínios do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal”.

**Nº 9.951, de 31 de julho de 2019**, que “Promulga a Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuaite, firmado em Brasília, em 22 de julho de 2010”.

**Nº 9.952, de 31 de julho de 2019**, que “Promulga o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, firmado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012”.

**Retificação no Decreto** **Nº 9.936, de 24 de julho de 2019**(\*), que “Regulamenta a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e a consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito” (Regulamentando a Lei do Cadastro Positivo).  
(\* Decreto 9936, publicado no DOU de 25/07/2019, Seção I.

## Presidência da República

Despacho do Presidente da República

Mensagem

**Nº 320, de 31 de julho de 2019**: “Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que “Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados”.



---

**Ministério da Economia**

Secretaria Especial da  
Receita Federal do Brasil

Instrução Normativa

**Nº 1.904, de 31 de julho de 2019**, que “Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.291, de 19 de setembro de 2012, e a Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de janeiro de 2016, que dispõem sobre regime aduaneiro especial de entreposto industrial sob controle informatizado”.

---

**Ministério da  
Infraestrutura**

Gabinete do Ministro

Portaria

**Nº 524, de 31 de julho de 2019**, que “Extingue Comitês, Comissões, Conselhos e Grupos de Trabalho e dá outras providências”.

---

**Ministério da Saúde**

Agência Nacional de  
Vigilância Sanitária/  
Gerência-Geral de  
Toxicologia

Resolução-RE

**Nº 2.080, de 31 de julho de 2019**, reclassificando risco toxicológico de produtos químicos.